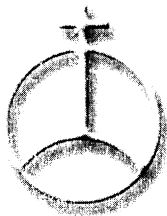


VEREDAS

Revista da Associação Internacional de Lusitanistas

VOLUME 5



PORTO ALEGRE, 2002

Veredas

Revista de publicação anual

Volume 5 – Dezembro de 2002

Diretor:

Carlos Reis

Diretor Adjunto:

Sebastião Pinho

Conselho Redatorial:

Aníbal Pinto de Castro, Axel Schönberger, Claudio Guillén, Cleonice Berardinelli Fernando Gil, Francisco Bethencourt, J. Romero de Magalhães, Jorge Couto, Maria Alzira Seixo, Marie-Hélène Piwnick, Ría Lemaire. *Por inerência:* Amet Kébe; Ana Mafalda Leite; Ana Paula Ferreira, Benjamin Abdala Jr., Carmen Villarino Pardo; Christopher Lund, Cristina Robalo Cordeiro, Ettore Finazzi-Agró; Henri Thorau; Hillary Owen; Isabel Pires de Lima, Laura Cavalcante Padilha; Maria Elsa Rodrigues dos Santos; Onésimo T. de Almeida; Regina Zilberman, Sebastião Pinho, Solange Parvaux, Helder Macedo, Carlos Reis.

Redação:

VEREDAS – Revista da Associação Internacional de Lusitanistas

Faculdade de Letras

P-3000-447 Coimbra Codex

Fax: (351) 239 410088; E.mail: ailusit@ci.uc.pt

Realização:

Coordenação – Regina Zilberman

Edição – Maria Isabel Daudt Giulian

Revisão – Carla Laidens; Miriam Chagas Kelm

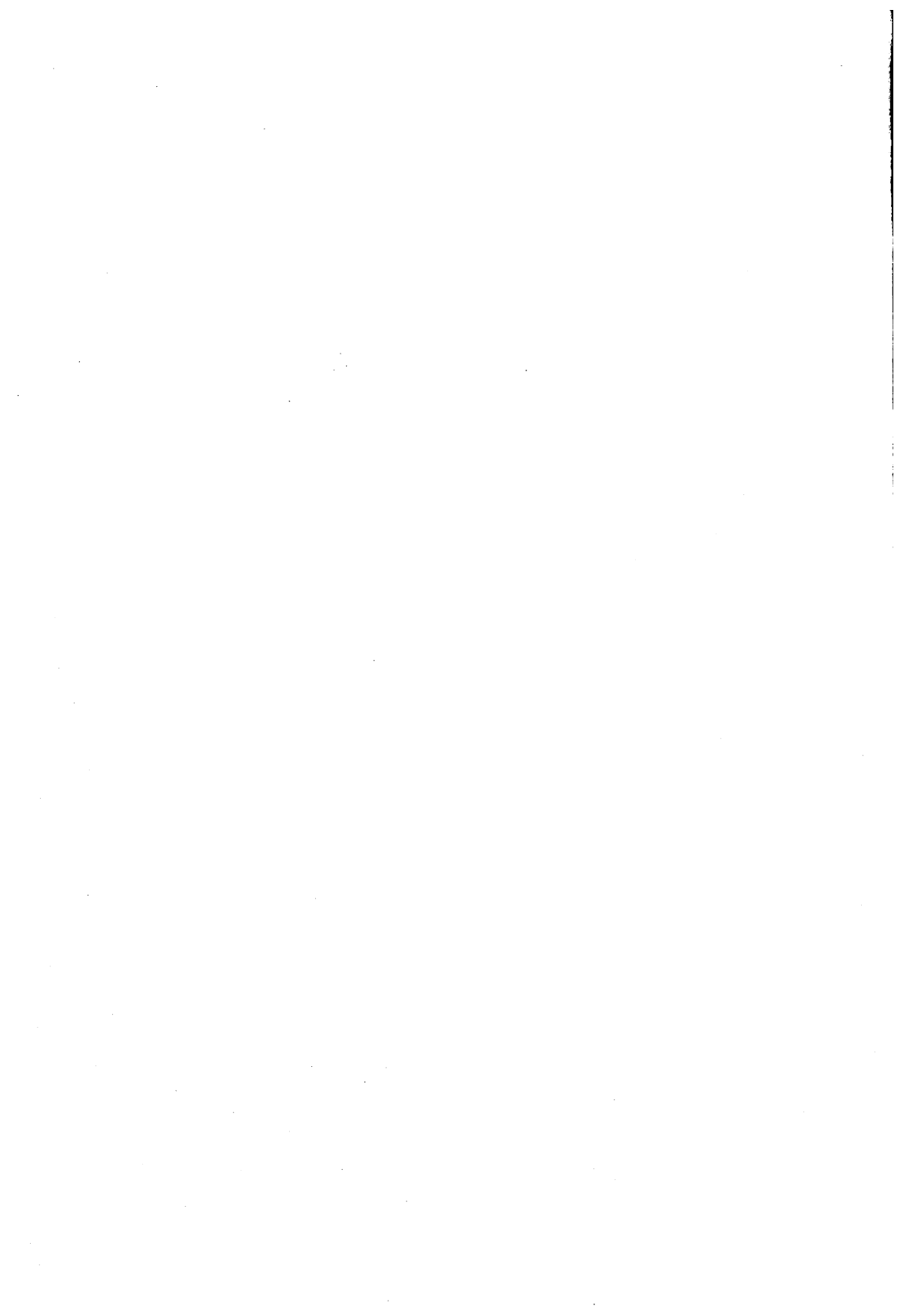
Autoria da capa:

Atelier Henrique Cayatte – Lisboa

Impressão e acabamento:

EDIPUCRS – Porto Alegre, Brasil

ISSN 0874-5102



ÍNDICE

ANNA KALEWSKA Czesław Miłosz (1911-2004) O poeta do “êxtase e transitoriedade” na tradução luso-brasileira	7
ANNE QUATAERT Mário de Andrade, Epstein e Marinetti em <i>A escrava que não é Isaura...</i>	25
DAVID G. FRIER Viagem para as Ilhas do Sul: uma leitura de <i>A caverna</i> de José Saramago	41
ELENA LOSADA SOLER Um tema do discurso anticlerical no romance realista-naturalista: <i>O poder da confissão</i>	55
HELENA PARENTE CUNHA Jorge Amado – Escritor dos marginalizados	67
JOÃO RIBEIRETE A casa e poesia. Uma leitura dos contos <i>Praia, O silêncio</i> e <i>A casa do mar</i> de Sophia de Mello Breyner Andresen.....	81
LAURA TEIXEIRA MILLER Aspectos da crítica brasileira: leituras da obra de André Gide .	89
LIDIA ALMEIDA BARROS A lógica lineana das nomenclaturas zoológica e botânica dos povos indígenas do Brasil	105

LUÍSA ALVES	
Os lusófilos ingleses da Primeira República: esboço biográfico da Aubrey Bell e Edgar Prestage	123
LUIZ ANTONIO DE ASSIS BRASIL	
A terra da permissão.....	145
MARIANA PLOAE-HANGANU	
Dependentes por palavras. Problemas de tradução	151
MARIE HAVLÍKOVÁ	
Um livro nos livros.....	157
MICHEL LABAN	
Estatismo e dinamização em <i>Chiquinho</i> , de Baltasar Lopes	165
OLINDA BATISTA ASSMAR	
Coñfluência de diálogos na obra dalcidiana	171
PAUL DIXON	
Gênero sexual e os paradigmas narrativos de Nélida Piñon	201
VIRGÍNIA SOARES PEREIRA	
Na Lusitânia com Mário de Carvalho. História, paródia e ironia em <i>Quatrocentos mil sestércios</i> e em <i>Um deus passeando pela brisa da tarde</i>	211

A terra da permissão

LUIZ ANTONIO DE ASSIS BRASIL

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil

Daniel de Sá é um dos escritores açorianos mais ativos, e sua perspectiva estética simboliza e significa o atual modo açoriano de enxergar o mundo: sem sair emocionalmente da terra, e profundamente ligado a ela, sabe-se integrante de uma realidade maior, que, sendo portuguesa, é européia e, por conseqüência, universal. Já começam a ficar distantes, na literatura praticada nos Açores, as representações meramente folclóricas e turísticas, que, por auto-centradas, são limitantes e, em geral, realizadas com discutível arte. A geração de escritores pós-25 de Abril sabe que o viés crítico é o único hábil a ser o mais instigante e, até, mais verdadeiro; assim, se ainda transparecem certas atitudes benevolentes e compreensíveis acerca da cultura regional, também há um evidente distanciamento do intelectual idôneo, que procura compreender essa cultura como algo *in fieri*, capaz de gerar múltiplas possibilidades para a escrita – possibilidades não contraditórias, mas complementares.

Daniel de Sá é um destes escritores que se encontram *nel mezzo del camin*, herdeiros de um acervo literário em que pontifica o nome de Vitorino Nemésio, mas que possuem olhos para novos vislumbres temáticos e outras interpretações da realidade. Sua obra abrange vários gêneros: conto, teatro, romance, ensaio. Não sendo possível a referência a todos, estaremos a referir a apenas três li-

vros, que, por suas intenções de conteúdo e suas realizações lingüísticas, mostram, à perfeição, o universo de preocupações de Daniel de Sá.¹

Em primeiro lugar, há o para sempre antológico *Ilha grande fechada*, romance de 1992.² Trata-se de uma história que, usando como recurso estrutural os dias de peregrinação de um romeiro da Quaresma, em São Miguel, a personagem João vai recuperando o seu passado e antevendo seu futuro de emigrante no Canadá. É nesse livro que encontramos a frase basilar, que agora é repetida em toda a parte em que há estudos açorianos: “Sair da ilha é a pior maneira de ficar nela”. Essa frase é uma *summa* de tudo que o livro diz, mas também é o *Leitmotiv* de toda uma literatura recente, partilhada por outros escritores.

Já *Crônica do despovoamento das Ilhas*, de 1995, são textos que “não saem da Ilha”, se me faço entender. O narrador, ancorado neste século, lança seu olhar – olhar do intelectual de hoje – sobre os séculos pretéritos dos Açores. Contando com uma singular e invejável facilidade de retomar recursos esquecidos do idioma, Daniel de Sá obtém a proeza de escrever para nós, mas numa dicção que lembra o passado, todas as dificuldades e agruras (e também os momentos felizes) por que passaram os ilhéus.

Em *As duas cruzes do Império – memórias da Inquisição*, romance de 1999, vemos como a Inquisição, essa anomalia cultural e teológica, encontra par somente em nosso tempo de desencontros e, por que não, tempo de perversidades. Os espaços são múltiplos, compreendendo inclusive o Brasil; todos são lugares em que a longa mão do Santo Ofício não deixava descansar os homens. Percebemos aí, mais uma vez, contemplada a habilidade do autor em recriar antigas formas de falar, o que faz de modo categórico e impecável no fictício sermão do Padre Antônio Vieira na Sé de Angra.

Esse conjunto de obras, a que nos atreveríamos de chamar de *Trilogia da terra e da partida*, em que o epicentro é a terra açoriana – e na qual o homem é um ser dividido e em fuga (da Ilha, de si mesmo, da sociedade) –, viria a desempenhar um papel decisivo na consolidação da obra do autor sob exame.

¹ Todos os três romances, assim como o ora analisado, foram editados pela Salamandra, na sua emblemática coleção Garajau.

² Objeto de Dissertação de Mestrado, sob nossa orientação, defendida e aprovada em Maio de 2003, por Maria Júlia Santa Rosa Vanin, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil.

O romance *A terra permitida*³ é, relativamente a essa preliminar trilogia, um espaço de recuperação da memória recente, em que possíveis indícios de vivências pessoais do autor – a propósito, qual livro não os possui? – perpassam uma história feita das lembranças dos tipos humanos que, de tão próximos no afeto, tornam-se elementos-chaves para entender-se o quotidiano de uma pequena freguesia da Ilha de São Miguel. Ainda comparando com os anteriores livros citados e deles apartando-se, esta narrativa condensa-se num universo claustrofóbico e, por isso, altamente potencializador dos conflitos.

De início, é de destacar-se a linguagem, um jogo de esconde-esconde em que o narrador onisciente intruso – para utilizarmos a eficaz tipologia de Norman Friedman⁴ – metamorfoseia-se de entidade supra-diegética dotada de um quadro axiológico bem definido, que incorpora valores da comunidade como se seus fossem. Não serão os valores do autor, pois este, homem de nossa era, é que está a recuperar o que já foi, o já acontecido; mas é o autor, que, travestido de narrador, faz com que passem esses juízos como sendo dessa entidade algo demiúrgica, algo estranha, mas palpável: abundam as frases pétreas, os ditos populares ou nem tanto, as sentenças bíblicas e todo um combate textual capaz de dar verossimilhança social ao narrado. Com esse recurso técnico, elabora-se uma voz que nos conta os episódios e que os julga ao mesmo tempo. Não sabemos quem é, mas é a mais presente voz em todo o romance. Ao fim a ao cabo, são virtudes de autor experiente, que sabe jogar com essas zonas de sombra e fascínio.

No plano estrutural, temos uma história linear como, aliás, costumam ser as obras de Daniel de Sá; essa linearidade dá-nos uma linha condutora dos episódios – no caso, é a história de António, um protagonista complexo. As outras personagens, à exceção talvez de Helena, transitam pelo discurso como ancilares da trama. É uma solução plausível e válida para evidenciar que numa novela – digamos que o seja, dada não apenas a sua dimensão, mas a unicidade do conflito – toda economia narrativa é bem-vinda, para não amenizar sua força dramática.

³ Lisboa: Salamandra, 2003. Coleção Garajau.

⁴ FRIEDMAN. N. The point of view in fiction. In: STEVICK. (Org.). *The theory of the novel*. New York: Free Press, 1967.

Falamos em conflito, e já é o caso de perguntar: que conflito é este? A resposta não é unívoca nem cabal. Há de ser considerada a circunstância da existência de dois planos narrativos e conflituais: um refere-se ao coletivo, e outro, ao individual e íntimo.

No plano coletivo há a esperável reação social contra o casamento de Antônio com a menina cega, e pior, filha de mãe pecaminosa. Essa reação não chega preponderantemente pela voz de alguém externo ao pequeno núcleo familiar, mas vem através dele. Assim, as principais antagonistas individuais à história de amor são a própria Helena (a namorada, a que não quer ver a infelicidade de seu amado) e a futura sogra, Elvira (que deseja proteger tanto Antônio como sua filha de um casamento infeliz). Ao redor há, sim, vozes discordantes ao pretendido enlace, mas que agem como o coro clássico da tragédia grega, a anunciar não apenas os males futuros advindos do enlace, mas também a revelar a expiação – a cegueira da filha – a que foi submetida Elvira por seus antigos pecados. Os componentes trágicos estão assim delineados, e pouco podemos esperar de felicidades ao jovem par. A morte pela peste, com seu caráter de hecatombe pública, cai sobre os dois assim como cai sobre toda a freguesia, numa espécie de punição.

Ainda nesse viés público, vemos o repassar de alguns momentos capitais da vida açoriana, ou ainda melhor, micaelense, e no centro de tudo, a célebre visita de D. Carlos e D. Maria Amélia. Através desse périplo real, catalisam-se todas as emoções monárquicas e, ao mesmo tempo, mostra como republicanos e livres-pensadores eram execrados não só pelas instituições do Poder, mas também pela arraia-miúda nas canadas. A negação de Antônio a ver o rei significa mais do que uma simples insubmissão juvenil, mas o marco definidor de uma personalidade que pouco a pouco mostrasse excêntrica – para utilizarmos o pensamento de Linda Hutcheon⁵ –, isto é, “fora de eixo” relativamente a seus concidadãos. E esse descentramento é que o vitaliza enquanto pessoa e enquanto personagem ficcional.

No plano íntimo temos uma personagem única, Antônio, destinado a levar por diante uma existência que, desde seus inícios, revela-se desastrosa e pouco favorável a augurar bons caminhos. Trata-

⁵ HUTCHEON, L. *Poética do pós-modernismo*: história, teoria e ficção. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

se de um ser desajustado, que encontra na menina Helena uma alma gêmea em sua *capitis diminutio*: se ele é analfabeto e pobre, ela partilha dessas mesmas condições, mas acrescenta-lhe uma: a cegueira de nascença. Essa deficiência é, por paradoxo, o que vai abrir os olhos de Antônio, fazendo-o um observador crítico da vida. Na mesma medida em que ensina a Helena as cores – num dos mais belos momentos do romance –, ele próprio sente-se chamado a assumir suas aptidões artísticas, que se revelam fortes a ponto de dar-lhe um ofício e um meio de sustento pessoal e de sua família. Claro, tudo se processa nos limites de uma fechada comunidade insular, mas ali é tudo é grande e decisivo. É a cegueira de Helena que faz Antônio encarar de frente sua rebeldia, a qual o leva a desastres tais como a uma excomunhão. Por si só, Antônio não seria nada, destinado a vegetar uma vida amarga e anônima; é o casamento com a cega que o projeta publicamente, dando-lhe um espaço existencial e justificando-lhe o fato de estar vivo. De entalhador de leitos passa a construtor de esquifes, numa clara e triste alegoria de sua vida.

Curioso é constatar como se processa a tentativa (frustrada) de autoconhecimento – e de reconhecimento – da população: é um dos seus próprios membros, talvez um dos últimos da indigente escala social, que se encarrega de ser o espelho em que se duplicam as mazelas escondidas por detrás das portas. É a atitude provocadora que leva, sim, à excomunhão de Antônio, mas é através da excomunhão que o Bispo, o próprio autor do interdito, conhece uma fé mais ingênua e absolutamente sincera.

Há, deste modo, um olhar complementar ao olhar do narrador: é o olhar da sociedade que, por não possuir a capacidade de abstração e de reflexão, mira-se num espelho que vê embaciado e que levará, por certo, à repetição das antigas práticas.

Em texto anterior, referimo-nos a uma certa *estética da permanência*,⁶ que estaria presente em alguns autores açorianos, e que

⁶ ASSIS BRASIL, L. A. de. A idéia de permanência na obra de José Martins Garcia. In: XIV Encontro de Professores Universitários Brasileiros de Literatura Portuguesa: Literaturas de Língua Portuguesa e a Renovação do Discurso Literário. 1994, Porto Alegre. Anais. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994. Posteriormente, o conceito foi ampliado por RIBEIRO, L. H. M. A questão da identidade da terra e a idéia de permanência em "Contrabando original". Lisboa: Salamandra, 1999. Coleção Garajau, e em sua Tese de Doutorado, por nós orientada, O conceito de açorianidade na narrativa açoriana pós-25 de abril, defendida e aprovada em janeiro de 2002, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil.

se consubstancia na representação de um mundo “em que nada acontece”, isto é, um mundo em que as práticas tendem ao imobilismo dos mesmos hábitos, e que encontra sua expressão mais evidente nas festas periódicas e na verificação de um universo endógeno e circular.

Em *A terra permitida*, tais práticas autorais estão presentes em toda sua força, e do mesmo modo está nítida uma consciência que discute esse microcosmo de pessoas, não no sentido de rejeitá-lo, mas de entendê-lo como a expressão de uma tendência à estabilidade social e, quanto ao indivíduo, de uma busca da necessária paz de espírito. Para chegar à compreensão de tudo isso, para organizar tudo isso, é necessária a mão do artista hábil que, melhor do que o narrador assumido em *A terra permitida* – o qual estará sempre sob a suspeita do leitor –, sabe refletir sem destruir; julgar sem condenar; amar sem imunizar-se à crítica.